

1 **ATA DA 447ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DE**
3 **DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no Auditório Lino
5 Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quadragésima sétima
6 Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI),
7 presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli e
8 secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados,
9 conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de
10 todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia, convidando o reitor da Universidade
11 Regional de Blumenau (Furb), senhor João Natel Pollonio Machado, a ocupar assento à mesa.
12 Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e
13 votação da ata da assembleia anterior; 2 – Movimento econômico; 3 – Região Metropolitana do Vale
14 do Itajaí; 4 – Finanças públicas municipais; 5 – Saneamento básico e meio ambiente; 6 - Aniversário
15 de 47 anos de fundação; 7 – Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o
16 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo
17 manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. O presidente falou que a
18 trajetória da AMMVI está diretamente ligada à Furb, dependências da qual e pela qual foi fundada a
19 Associação em mil novecentos e sessenta e nove. No dia vinte e três de julho do mesmo ano os
20 prefeitos realizaram a Assembleia Geral de Constituição, com a discussão e aprovação do estatuto de
21 criação da AMMVI. Nas dependências da Furb, no dia dois de agosto do mesmo ano, os prefeitos
22 reunidos em assembleia aprovaram o Estatuto Social, a partir do qual a AMMVI constituía-se como
23 entidade de apoio aos Municípios. À época o presidente era o prefeito de Brusque, senhor Antônio
24 Heil. Em prosseguimento, o presidente convidou o assessor econômico da AMMVI, senhor Célio
25 Francisco Simão, para fazer uso da palavra, o qual abordou a perspectiva de arrecadação do Imposto
26 sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e das receitas municipais. Como nas demais
27 reuniões, o assessor afirmou que os índices serão divulgados somente no final deste ano, porém já se
28 tem uma prévia de alguns valores em função dos processos administrativos em tramitação, o que
29 modificará o montante do Valor Adicionado (VA) e do ICMS. Alguns municípios da AMMVI
30 apresentam problemas na variação do índice do VA relativo a dois mil e quinze, os quais apresentam
31 índices negativos e a expectativa é de queda, dentre eles em Ascurra, Blumenau, Brusque, Guabiruba
32 e Rio dos Cedros. Conforme o senhor Simão, as finanças públicas para o próximo ano estão
33 comprometidas e se prevê significativa queda na arrecadação, o que também ocorrerá na arrecadação
34 do Estado, pois o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense teve queda de 3%. A região do Médio Vale
35 do Itajaí também apresenta queda, pois com valores corrigidos, tem-se em dois mil e quinze queda
36 de 12% no VA, enquanto que no Estado este índice foi de 7,83% negativo. A crise financeira atual é
37 reflexo também da estagnação ou queda da economia de dois mil e quinze, ao passo que algumas
38 recuperações já começaram a acontecer. O levantamento da atividade industrial do país em relação
39 ao ano anterior demonstra uma queda de 11% em maio deste ano em relação ao mesmo período do
40 ano anterior. Embora tenha-se este cenário, observa-se ainda uma reação da indústria têxtil e
41 metalúrgica. De dois mil e doze a dois mil e quinze, a evolução na agricultura foi positiva em Doutor
42 Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Timbó. Já no comércio, Benedito Novo, Botuverá, Doutor
43 Pedrinho, Gaspar, Indaial e Timbó apresentaram recuperação, alguns com índices elevados de
44 crescimento. O assessor econômico alertou que muitas empresas do comércio migraram para o
45 Simples Nacional e ainda é forte o índice de sonegação de impostos. Na indústria, o desempenho foi
46 de crescimento em Apiúna, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Pomerode e Rodeio.
47 O que, segundo o senhor Simão, deve-se observar é a importância de cada segmento (agricultura,
48 comércio, indústria) para cada município, de forma que, apresentando índices baixos, a gestão

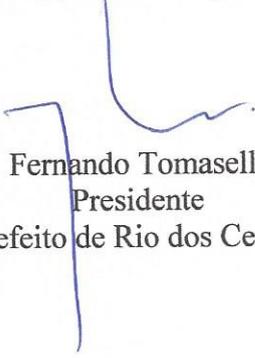
49 municipal busque alternativas de alavancar a respectiva atividade e promover reação. O secretário de
50 Gestão Governamental de Blumenau, senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, disse que o cenário
51 de Blumenau é bastante assustador e não há perspectiva de melhora em função da conjuntura. Diante
52 disso, ele sugeriu que a AMMVI produza uma análise mais aprofundada dos fatores que estão
53 provocando este panorama, de forma que se possa ter o que realmente os Municípios vão perder de
54 receita ano que vem, para que tais Entes possam ser mais realistas em suas Leis Orçamentárias Anuais
55 e se precaverem de maior retração. O senhor Simão disse que a Associação já está trabalhando nisso,
56 reforçando que se deve atacar os fatores que geram este arroxio financeiro e encontrar soluções antes
57 da insolvência financeira das prefeituras. Na sequência, o secretário executivo da AMMVI, senhor
58 José Rafael Corrêa, informou que o prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, participou
59 de uma audiência pública sobre a Região Metropolitana do Vale do Itajaí, realizada pela Assembleia
60 Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), no dia catorze de julho, às catorze horas, no auditório
61 da AMMVI, em Blumenau. A audiência objetiva escutar a sociedade e autoridades sobre a instituição,
62 a implementação, os empecilhos, as possibilidades e os encaminhamentos necessários à concretização
63 da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. O senhor Corrêa fez um relato sobre a criação da Lei
64 Complementar nº 162, de seis de janeiro de mil novecentos e noventa e oito pelo então governador
65 do Estado de Santa Catarina, senhor Esperidião Amin. O documento criou três regiões metropolitanas
66 no estado (Oeste, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) e regulou a forma de funcionamento e
67 estrutura administrativa. O Artigo 6º da referida lei determinou que o Núcleo Metropolitano da
68 Região Metropolitana do Vale do Itajaí seja integrado pelos municípios de Blumenau, Pomerode,
69 Gaspar, Indaial e Timbó. O parágrafo único trouxe que a Área de Expansão Metropolitana da Região
70 Metropolitana do Vale do Itajaí seria integrada pelos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo,
71 Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Rio dos Cedros e Rodeio. Já a
72 estrutura organizacional básica de coordenação de cada Região Metropolitana compreendia:
73 Conselho de Desenvolvimento; Câmaras Setoriais; e Superintendência da Região Metropolitana. A
74 Lei Complementar nº 284, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e cinco, revogou a Lei
75 Complementar nº 162, alterando a estrutura organizacional. Logo após, sete de maio de dois mil e
76 sete, o Artigo 209 da Lei Complementar nº 381 revogou as leis anteriores que tratavam da matéria e
77 instituiu as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR). Três anos depois, em vinte e seis de
78 janeiro de dois mil e dez, foi promulgada a Lei Complementar nº 495, que instituiu as Regiões
79 Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste
80 Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste
81 e do Contestado. Nesta nova composição, o Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Vale
82 do Itajaí foi integrado pelos municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó. A Área
83 de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana Vale do Itajaí foi integrada pelos municípios de
84 Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz
85 Alves, Rio dos Cedros e Rodeio. Em nove de setembro de dois mil e catorze foi sancionada a Lei
86 Complementar nº 636, que instituiu a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a
87 Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e
88 estabeleceu outras providências. A Sudarf contou com a seguinte estrutura organizacional: Colégio
89 Superior; Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf);
90 Superintendência-Geral; Diretoria Técnica; e Diretoria Administrativo-Financeira. Foram criados na
91 Sudarf os seguintes cargos de provimento em comissão: um cargo de superintendente; um cargo de
92 Diretor Técnico; e um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro. O Coderf, órgão de caráter
93 normativo e deliberativo da RMF, foi composto por 18 (dezoito) membros e igual número de
94 suplentes, de reputação ilibada, designados por ato do Chefe do Poder Executivo estadual, da seguinte
95 forma: dois representantes do Estado, indicados pelo Chefe do Poder Executivo; um diretor técnico
96 da Sudarf, que exercerá a Presidência; um representante de cada um dos nove municípios que

97 constituem a RMF, que exerceram a vice-presidência; um representante da Associação dos
98 Municípios da Região da Grande Florianópolis (Granfpolis); um representante da Secretaria de
99 Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; e quatro representantes da sociedade
100 civil organizada, indicados em lista tríplice por entidades legalmente constituídas e com finalidades
101 comuns aos interesses da RMF. Com esta nova legislação, a região metropolitana no Vale do Itajaí
102 ficou composta pelos catorze municípios da AMMVI mais Ilhota e Luis Alves. Em continuidade, o
103 secretário executivo passou a palavra ao prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, que na
104 ocasião participou da audiência pública. Este, por sua vez, disse que a Assembleia tem uma certa
105 pressa para aprovar a região metropolitana e, por isso, este assunto compõe a ordem do dia desta
106 reunião. Porém, o prefeito alertou que este projeto de região metropolitana vai impactar em todos os
107 municípios que, de forma geral, vão perder certas autonomias. Ele disse que a AMMVI já faz este
108 trabalho há décadas e nas suas ações sempre busca a integração dos municípios e a execução de
109 trabalhos conjuntos. Além das atividades, há ainda os consórcios públicos que também atuam
110 regionalmente. O prefeito considera que este é um assunto muito importante, porém deve ser tratado
111 com muita cautela, pois impacta diretamente na gestão municipal. Além disso, a região é cortada por
112 rodovias estadual e federal que não passam por manutenção das esferas competentes e isso, além de
113 causar má impressão nos turistas, recai sobre os prefeitos os custos de conservação das pistas de
114 rolamento, trevos e canteiros. O prefeito de Indaial ressaltou que antes de se instalar uma região
115 metropolitana, deve-se estabelecer qual o Ente que será responsável por sua sustentação e quais as
116 responsabilidades de cada um. O prefeito de Doutor Pedrinho, senhor Hartwig Persuhn, que também
117 acompanhou a audiência pública, disse que na ocasião os participantes sugeriram encerrar com as
118 Agências de Desenvolvimento Regional. Para ele, deve-se modificar a proposta, caso contrário será
119 mais uma instituição criada com formação de cargos sem operacionalidade e autonomia e aumento
120 de despesas para a máquina pública. O diretor geral da Agência Intermunicipal de Regulação do
121 Médio Vale do Itajaí (Agir), senhor Heinrich Luiz Pasold, disse que a entidade também já trabalha
122 de forma regionalizada e discute territorialidade. Segundo ele, há um julgamento no Supremo
123 Tribunal Federal (STF) que determina o conceito de região metropolitana. Outrossim, se for
124 considerada a orientação do Ministério das Cidades sobre região metropolitana, não existe em Santa
125 Catarina nenhuma região metropolitana. Analisando as legislações que tratam da matéria, no Brasil
126 as leis são conflitantes e há divergências sobre região metropolitana, influenciando diretamente na
127 gestão do saneamento básico, por exemplo. O secretário executivo da AMMVI explicou que a
128 Federação Catarinense de Municípios (Fecam) emitiu parecer a respeito e se colocou à disposição
129 para acompanhar as discussões regionais a respeito do assunto e vir até a AMMVI amadurecer
130 propostas e firmar posicionamento. O secretário Costa disse que este tema é muito sério e pode trazer
131 consequências graves aos Municípios e para ele não fica claro qual a necessidade de um projeto como
132 este, pois já se tem as ADRs em funcionamento, e o conceito de região metropolitana do projeto de
133 lei não está alinhado com o conceito federal, o que já é um impeditivo, além de que se corre o risco
134 de esta ser uma iniciativa com interesses localizados e que não está claro se isso trará mais benefícios
135 do que perdas. O projeto da região metropolitana também se sobrepõe a outras instituições já firmadas
136 e com trabalho reconhecido, a exemplo da AMMVI. Analisando todas as falas, o presidente disse que
137 não se deve tomar uma decisão precoce e baseada somente na audiência, como também o período
138 eleitoral desfavorece um debate e desarticula a mobilização, considerando que este não é o momento
139 para decidir isso. Em consequência, ele sugere que o tema seja discutido posteriormente e com maior
140 maturidade e conhecimento das consequências. Para ele, é relevante que o assunto seja retomado
141 somente no próximo ano com os gestores eleitos. Os prefeitos sugeriram ainda que seja feito um
142 estudo sobre os impactos desta decisão na região. Em deliberação, os prefeitos decidiram pela retirada
143 de pauta do projeto da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. Em continuidade, no quarto assunto
144 em pauta, o secretário executivo falou sobre o cenário atual nas finanças públicas municipais,

145 apresentado quadros de arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto
146 sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e ICMS. Segundo levantamento, de janeiro a
147 junho de dois mil e quinze os catorze municípios do Médio Vale do Itajaí arrecadaram R\$
148 82.774.148,62 (oitenta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais
149 e sessenta e dois centavos) de FPM, R\$ 32.810.234,49 (trinta e dois milhões, oitocentos e dez mil,
150 duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) de IPVA e R\$ 165.634.997,45 (cento e
151 sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta
152 e cinco centavos). Já os valores realizados líquidos no primeiro semestre deste ano foram: FPM – R\$
153 96.691.976,25 (noventa e seis milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e seis
154 reais e vinte e cinco centavos); IPVA – R\$ 33.698.506,48 (trinta e três milhões, seiscentos e noventa
155 e oito mil, quinhentos e seis reais e quarenta e oito centavos); ICMS – R\$ 197.974.119,40 (cento e
156 noventa e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e dezenove reais e quarenta centavos).
157 Conforme o senhor Corrêa, se nos primeiros seis meses deste ano fosse arrecadado o mesmo valor do
158 respectivo período do ano passado somados à inflação, a perda já estará em R\$ 33.285.932,68 (trinta
159 e três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e oito
160 centavos). Este montante é a soma de R\$ 11.817.631,43 (onze milhões, oitocentos e dezessete reais
161 e seiscentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos) de FPM, R\$ 2.410.149,41 (dois milhões,
162 quatrocentos e dez mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) de IPVA, R\$
163 19.058.151,84 (dezenove milhões, cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro
164 centavos) de ICMS. Para o secretário, é necessário fazer uma análise da queda da arrecadação para
165 verificar o que isso impacta diretamente nos municípios. Ele apresentou ainda um levantamento com
166 a soma da arrecadação do FPM, do IPVA e do ICMS divididos pelo total da população, gerando
167 valores per capita nos municípios para este ano. Os dados apontam que Botuverá é o município com
168 maior per capita, cujo valor é três vezes superior a Blumenau, por exemplo. Seguido de Botuverá,
169 vêm Doutor Pedrinho e Guabiruba. O secretário executivo disse ainda que no mês de junho, quando
170 foi publicada a previsão do FPM, tinha-se uma queda de 24% e 13% em junho e julho
171 respectivamente, e aumento de 14% em agosto. Porém, a previsão não se concretizou e foi ainda pior,
172 agravando o cenário com queda de 32% em julho. A previsão é que em agosto este valor suba 43% e
173 em setembro espera-se 20% negativo. Comparado com o mesmo período do ano anterior, houve uma
174 queda de 10% no FPM em julho. O senhor Corrêa explicou ainda que, dentre as vitórias do
175 movimento municipalista brasileiro, está o incremento de um ponto percentual do FPM que, neste
176 ano, representou mais de sete milhões de reais aos municípios da AMMVI. Esta vitória foi possível
177 pela união das entidades municipalistas para reivindicação junto ao governo federal. No acumulado
178 dos sete primeiros meses deste ano, em comparação com o ano passado, a região registrou incremento
179 de 1,80% no FPM em valores brutos, mas ainda permanece muito abaixo da inflação. Além disso,
180 tais valores não acompanham o crescimento da folha de pagamento das prefeituras e o valor investido
181 por estas instituições na Saúde e na Educação, ultrapassando significativamente a exigência
182 constitucional, sem citar ainda os constantes atrasos dos governos federal e estadual dos recursos
183 relacionados aos seus respectivos programas. Em breve deve ser publicado o índice do FPM de agosto
184 e a AMMVI vai enviar aos prefeitos as próximas previsões. O quadro é problemático, pois não se tem
185 uma previsão de melhora para os próximos anos. Além deste ambiente de queda na arrecadação, os
186 Municípios contam com os constantes atrasos no repasse de recursos dos governos estadual e federal
187 para custeio dos programas nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. Na educação, por
188 exemplo, somente no final de julho foi paga a segunda (das nove) parcela do transporte escolar da
189 rede estadual de ensino. O montante já é majoritariamente mantido pelos Municípios e estes sequer
190 podem contar com a manutenção em dia dos repasses. Já são seis meses executando o transporte
191 escolar e até o momento somente duas parcelas pagas, ou seja, tem-se ainda cinco meses até acabar
192 o ano letivo e sete parcelas a receber. No último ano, o Estado deixou de repassar duas parcelas do

193 transporte escolar, que foram pagas somente no início deste ano. A previsão é que isso ocorra
194 novamente neste ano, logo, os prefeitos devem ficar precavidos, pois se prevê que ficarão parcelas a
195 receber. O secretário lembrou que os atrasos continuam e são também de grande volume nas áreas da
196 Saúde e Assistência Social. Progredindo ao quinto tema da reunião - Saneamento básico e meio
197 ambiente - a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, Simone Gomes, falou sobre a
198 revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, em que na última assembleia de prefeitos foi
199 passada a data de revisão de todos os municípios e foi comentado que a Associação vai assessorar
200 alguns municípios nesta revisão. Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros vão
201 receber o auxílio da Associação na revisão dos Planos neste primeiro momento. Segundo ela, foi feita
202 uma reunião nestes municípios, em que foram passadas as orientações sobre o processo de revisão e
203 apenas Rio dos Cedros cumpriu com o necessário para dar início ao trabalho. O outro informe dado
204 aos prefeitos diz respeito ao diagnóstico socioambiental, avisando que já foi definida parte da
205 metodologia do diagnóstico e elaborada as manchas dos municípios de Indaial e Rio dos Cedros –
206 municípios-piloto do projeto. A partir disso, serão feitos outros cruzamentos e dando continuidade ao
207 trabalho encabeçado pela AMMVI. Avançando a reunião, o presidente falou dos ofícios recebidos
208 congratulando a entidade pela passagem do aniversário de quarenta e sete anos de fundação. Em
209 seguida, passou a palavra ao reitor da Universidade Regional de Blumenau, senhor João Natel
210 Pollonio Machado, que parabenizou a entidade pela trajetória percorrida até aqui, lembrando que a
211 Associação foi fundada por meio da Furb. Em sua fala, o magnífico reitor agradeceu ainda a parceria
212 da AMMVI nas questões ligadas à Universidade e nas temáticas pertinentes ao ensino superior de
213 outras instituições, a exemplo da mobilização do polo da Universidade Federal de Santa Catarina
214 (UFSC) em Blumenau e a criação do Centro de Inovação. Da mesma forma, o reitor agradeceu o
215 apoio da Associação na manutenção dos serviços do Centro de Operações do Sistema de Alerta do
216 Vale do Itajaí (Ceops). O reitor colocou a Universidade à disposição e disse que a instituição também
217 quer trabalhar em conjunto na interlocução por outros pleitos de importância para o Médio Vale do
218 Itajaí. Finalizando sua fala, o reitor agradeceu a participação da AMMVI nas reuniões periódicas do
219 Conselho Universitário e disse que a Universidade se sente muito lisonjeada em ter a Associação em
220 um de seus principais órgãos. O magnífico reitor estendeu seus agradecimentos ao secretário
221 executivo da AMMVI que, segundo ele, é parceiro nos assuntos que envolvem Blumenau e região e
222 sempre se mostrou prestativo a todos os chamados. Em nome da Furb ele agradeceu o trabalho da
223 Associação e parabenizou mais uma vez a entidade pelos quarenta e sete anos. Em seguida, o
224 presidente da AMMVI falou da importância da entidade para a integração e a autonomia dos
225 municípios do Médio Vale, que ao longo destes anos tornou-se referência entre as Associações de
226 Municípios e foi vanguardista em alguns projetos. Para o prefeito, nestas décadas, a AMMVI tem
227 atuado fortemente na mediação entre as administrações municipais e os governos estadual e federal
228 e na otimização de recursos. Após, o presidente relatou algumas conquistas da AMMVI nos últimos
229 anos, tais como: implantação do campus da UFSC em Blumenau, participação no projeto do Hospital
230 Universitário, implantação dos consórcios públicos, construção do complexo penitenciário. Falou
231 ainda dos desafios para os próximos anos em nível federal, estadual e regional. Para o Médio Vale, o
232 presidente pontuou como desafios futuros a duplicação da rodovia BR-470, o aumento no número de
233 efetivos na segurança pública, a instalação da Ferrovia da Integração, a construção da usina de biogás,
234 os recursos para manutenção das rodovias entre os municípios, a construção do Hospital Regional
235 mantido pelo Estado, a garantia de repasses para saúde pública, como também alterações no Pacto
236 Federativo Brasileiro que promovam a partilha mais justa e igualitária dos recursos arrecadados, uma
237 vez que é no Município que acontece a execução dos programas. O presidente agradeceu o trabalho
238 dos colaboradores da AMMVI e também o empenho dos consórcios públicos na geração de serviços
239 aos municípios. Além disso, reforçou que o empenho e o comprometimento do corpo técnico devem
240 ser mantidos para assessorar as novas administrações. Prosseguindo para assuntos gerais, o presidente

241 Tomaselli lembrou os prefeitos que a AMMVI fez uma mobilização pela manutenção do escritório
242 da Receita Federal do Brasil em Timbó, cuja reivindicação foi atendida. Em seguida, o presidente
243 convidou a todos para uma foto comemorativa aos quarenta e sete anos da AMMVI. Nada mais
244 havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de
245 todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será
246 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

247